



<http://dx.doi.org/10.30681/issn23163933v26n01/2019p529-548>

A GRAMATICALIZAÇÃO DO SUBJUNTIVO EM ORAÇÕES PARENTÉTICAS

SUBJUNCTIVE MOOD GRAMMATICALIZATION IN PARENTHETICAL SENTENCES

Vânia Raquel Santos Amorim¹

Valéria Viana Sousa²

Data de recebimento: 01/05/2019

Data de aceite: 30/05/2019

RESUMO: Neste trabalho, à luz do Sociofuncionalismo, investigamos a variação/estratificação do modo subjuntivo em orações parentéticas iniciadas pelo *que* na língua falada da comunidade conquistense. A parte teórica será desenvolvida, tomando como referência, sobretudo, Givón (2001; 2011), Hopper (1991), Labov (2008) e Weinreich, Labov e Herzog (2006) e a parte prática será realizada a partir da análise de dados extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista-BA. No resultado dessa pesquisa, a oração parentética mostrou-se um contexto propício para o uso do indicativo em contexto de subjuntivo, sinalizando, do ponto de vista do Funcionalismo, um Processo de Gramaticalização.

PALAVRAS-CHAVE: Subjuntivo; Indicativo; Modalidade; Estratificação. Gramaticalização.

ABSTRACT: In this work, based on Sociofunctionalist tenets, we investigated the variation/stratification of the subjunctive mood in parenthetical sentences initiated by *que* in the spoken language of the community of Vitória da Conquista. The theoretical part was developed with reference mainly to Givón (2001; 2011), Hopper (1991), Labov (2008) and Weinreich, Labov e Herzog (2006) and the practical part will be conducted by analysis of data taken from the Corpus of Popular Portuguese of Vitoria da Conquista, Bahia. In the result of this research, parenthetical sentences proved to be a favorable environment to use the indicative in the context of subjunctive mood, signaling, from the point of view of functionalism, a Grammaticalization process.

KEYWORDS: Subjunctive; Indicative. Mood. Stratification; Grammaticalization.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutoranda em Linguística - PPGLin. Bolsa de fomento: CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – CNPQ. E-mail: quelva@hotmail.com.

² Doutora em Letras (Língua Portuguesa e Linguística) pela Universidade Federal da Paraíba. Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL da UESB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin/ Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/CAPES). Líder do grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica – CNPQ. E-mail: valeriavianasousa@gmail.com.



Introdução

Este artigo direciona-se por meio da visão de que as línguas variam e de que a gramática constitui um conjunto de regras que seus utentes aprenderam e que é moldada e remoldada a depender das necessidades que surgem no processo interativo.

Cientes, assim, de que a variação/mudança no sistema linguístico é um processo que tem estreita relação com as estratégias comunicativas buscadas pelos usuários nos diversos contextos de uso, procuramos compreender, através da teoria sociofuncionalista, quais as forças (motivações) linguísticas e extralinguísticas da língua motivam à variação do modo subjuntivo em orações parentéticas introduzidas por *que*. Sendo esse o nosso objeto de estudo, propomo-nos a investigar indícios dessa variação no Português falado da comunidade conquistense. Para tanto, utilizaremos, na análise da pesquisa, dados extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus PPVC*).

Tomando como referência, sobretudo, os teóricos Givón (2001, 2011), Hopper (1991), Labov (2008), Weinreich, Labov e Herzog (2006), a pesquisa realizada por Pimpão (2012) e as Gramáticas Normativas, o presente trabalho compõe-se das seguintes seções, a saber: Esta seção, na qual apresentamos um panorama do trabalho a ser desenvolvido; em seguida, tratamos da temática “Prescrição gramatical do uso do modo subjuntivo” e abordamos o tema a prescrição gramatical das orações parentéticas; na seção intitulada “A Sociolinguística e o Funcionalismo: teorias em convergência”, tratamos da interface entre as teorias da Sociolinguística e do Funcionalismo; dando sequência, na seção “Metodologia”, dedicamo-nos aos procedimentos metodológicos da pesquisa e, na seção “Análise dos dados”, voltamo-nos às discussões dos resultados da pesquisa. Por fim, encerramos o artigo com a seção reservada às considerações finais, seguidas pelas referências.

Prescrição gramatical do uso do modo subjuntivo

Na presente seção, desenvolvemos uma discussão com o propósito de responder as seguintes questões: (i) Segundo os postulados da Gramática Tradicional, o que é o modo subjuntivo e qual é a diferença entre o modo subjuntivo e o modo indicativo? (ii)



Os modos subjuntivo e indicativo estão atrelados, respectivamente, ao binômio “incerteza” e “certeza” do fato expresso na língua em uso? (iii) como as orações parentéticas são prescritas na Tradição Gramatical.

Os gramáticos associam, por um lado, o subjuntivo a aquele modo que expressa fatos incertos ou ainda a enunciação de um fato que exprime dúvida e o indicativo, por outro lado, como o modo que está relacionado a um fato certo. (KURY, 1964; CUNHA E CINTRA, 2001; BECHARA, 2004; ALMEIDA, 2009).

O binômio certeza e incerteza como associações para definição desses modos verbais não é suficientemente esclarecedor quando nos deparamos com os usos do futuro do subjuntivo em construções, como: “1) Ela chegará hoje? 2) Não matarás. 3) Discordarão alguns desta orientação” (KURY, 1964, p.71), expressando, respectivamente, dúvida, ordem e possibilidade. Compreender essa fluidez nos compêndios gramaticais não é uma tarefa fácil.

Realizado um percurso por 5 (cinco) compêndios da Tradição Gramatical, constatamos que há lacunas para a pergunta proposta. Assim, em busca de fundamentos que tragam uma resposta para explicar os usos dos modos verbais e, em específico, do modo subjuntivo, discutiremos, na seção “Análise dos dados”, a gramaticalização desse modo verbal embasados na teoria sociofuncionalista, analisando dados da língua em uso.

Com relação ao uso do subjuntivo em contexto de oração parentética na prescrição gramatical, Bechara (2004) registra que se emprega o subjuntivo em contexto de oração parentética quando se quer limitar a generalidade de um asserto: “Não há, que eu saiba, expressão mais suave”. (BECHARA, 2004, p. 283).

Já Almeida (2009) denomina as orações parentéticas de orações intercaladas e afirma que essas orações introduzidas pelo *que* requer o emprego do modo subjuntivo quando se quer substantivamente delimitar uma possibilidade: “Ninguém, que eu saiba, entrou aqui (pelo que eu sei, segundo o que eu sei) – Que me lembre, ele não disse isso (pelo que me lembro) - Que me conste, ele não quer ir.” (ALMEIDA, 2009, p.556).

Ao analisar dados do *Corpus* PPVC, observamos que as regras postuladas pelas Gramáticas Normativas vão de encontro às evidências encontradas quando



formas indicativas são utilizadas no contexto de oração parentética. Observemos os exemplos seguintes:

- (1) Não, que eu LEMBRO, num tem nada. Tem nada engraçado não. (J.C.S)
(2) Que eu ALEMBRO, num alembro não. (E.F.O)

Mais uma vez, deparamo-nos com a Tradição Gramatical apresentando lacunas com relação ao uso do subjuntivo, exemplificado por meio dos excertos de fala com o uso de formas parentéticas (1) e (2). Diante dessa constatação, passamos à próxima seção, na qual trataremos da articulação entre os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo para explicar o processo de variação/estratificação do nosso fenômeno linguístico.

A Sociolinguística e o Funcionalismo: teorias em convergência

Nesta seção, instigados pelo questionamento “diante das limitações da prescrição gramatical sobre o subjuntivo, qual teoria nos subsidiaria para realizarmos uma análise da língua em uso?” Trazemos, por meio do polo funcional da língua, conceitos e princípios que estão presentes em duas teorias que versam sobre a variação e a mudança linguística.

O Funcionalismo e a Sociolinguística, por constituírem teorias com pontos convergentes entre elas e pelo fato de priorizarem o uso real da língua como um ponto precípuo para explicar processos de variação e mudança linguística, é passível de uma proposta de união. Esse casamento entre essas bases teóricas recebe a denominação de Sociofuncionalismo.

Por meio da interface entre as teorias, integramos os seguintes pressupostos: na perspectiva da Sociolinguística, focalizamos a correlação de fatores linguísticos como a variável assertividade da oração e a variável modalidade e, na visão funcionalista, centramos nossa atenção nos Princípios de Gramaticalização estabelecidos por Hopper (1991) e na categoria modalidade *irrealis*, advogada por Givón (2011).

O casamento entre as vertentes teóricas proporcionará uma compreensão em relação ao fenômeno variável do modo subjuntivo que a Tradição Gramatical não é capaz



de suprir. Realizaremos isso a partir das convergências dos aportes teóricos e metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo e utilizaremos também, o trabalho realizado por Tavares (2003) que trata a respeito dessa associação na sua tese de doutorado como veremos a seguir.

Na base teórica da Sociolinguística encontramos o princípio de que as alternâncias de usos encontradas na língua são influenciadas por fatores de ordem estrutural e social. Esse mesmo pressuposto é encontrado no Funcionalismo quando se considera que há uma estreita relação entre a estrutura das línguas e a utilização delas pelos seus utentes no contexto real do processo comunicativo. (MARTELOTTA, 2011).

Na hipótese Sociolinguística, Camacho (2001) explicita que a variação é inerente ao sistema da língua. Ao resgatarmos em Givón (2011) a afirmação de que a língua passa por constantes mudanças, observamos que essa convicção de que a língua passa por alterações continuamente também está na base teórica do Funcionalismo.

Cunha, Costa e Cezário (2013) expressam que o Funcionalismo explica as regularidades verificadas no uso real da língua observando as condições discursivas em que se averigua esse uso. A Sociolinguística, por sua vez, nas palavras de Mollica (2007, p.9), expõe que essa teoria “[...] estuda a língua em uso no seio da comunidade de fala”.

Revisitando Tavares (2003), podemos ainda relacionar outras convergências entre essas teorias, a saber: (i) os dados sincrônicos e diacrônicos não são indissociáveis no estudo linguístico; (ii) a mudança linguística é posta em destaque e pode ser entendida com um fenômeno ininterrupto e gradual; (iii) a prioridade que se atribui à língua em uso é afim nas duas bases teóricas.

Do Funcionalismo, seriam caros a nossa pesquisa, também, os cinco Princípios de Gramaticalização (Estratificação, Divergência, Especialização, Persistência e Descategorização). Dos quais, selecionamos, para o presente artigo, apenas três, a saber: (i) a estratificação, um princípio escolhido porque faz referência a simultaneidade de formas que categorizam uma mesma função. Podemos, a partir desse princípio, reconhecer, no estudo do modo subjuntivo, a ocorrência da alternância entre as formas indicativas e subjuntivas em contexto de subjuntivo; (ii) a divergência, princípio por meio do qual observamos como a presença da forma gramaticalizada (o



modo indicativo) pode passar pelo processo de gramaticalização e como as propriedades originais da forma-fonte (a forma subjuntiva) podem permanecer na língua como um item autônomo. E, por meio do princípio da persistência, verificamos os traços semânticos do subjuntivo (forma-fonte) na forma gramaticalizada (forma indicativa).

Pelo fato de o subjuntivo constituir um modo que se insere no contexto *irrealis*, Givón (2001) afirma que a modalidade *irrealis* é de suma importância para o estudo desse modo verbal. A categoria modalidade é de base comunicativa e, sendo assim, emerge no processo de interação sendo definida por esse linguista como a atitude do interlocutor referente à proposição deôntica (manipulação, preferência, obrigação) e epistêmica (probabilidade, verdade, certeza).

O submodo deôntico associa-se ao eixo semântico de verbos de fraca manipulação e o submodo epistêmico, por seu turno, ao escopo de verbos de baixa certeza. (GIVÓN, 2001).

Nesta pesquisa, à luz dessas questões, buscamos analisar, através dos valores semânticos dos verbos, em quais categorias de verbos se emprega mais a forma subjuntiva.

Apesar de tantas similaridades entre as teorias Sociolinguística e Funcionalismo, pelo fato de serem teorias distintas, em termos de princípios e metodologia, os pontos afins entre elas, por vezes, podem se dar de maneira superficial. Reconhecemos que, no processo de associação entre teorias diferentes, em alguns tópicos, não é possível realizar a conciliação. Nesse caso, aspiramos das palavras de Pires de Oliveira (1999) quando exprime ser possível a construção de coerências diante das diferenças, porque podemos compreender “[...] os termos de uma teoria na linguagem da outra”, (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 11), surgindo, então, uma linguagem comum. Seria, então, um diálogo entre as dessemelhanças presentes entre alguns princípios incompatíveis entre elas.

E, como Tavares (2003) enuncia, nesse processo de diálogo, ocorrerá uma espécie de negociação, interpretação e adaptação entre os pressupostos teórico-metodológicos até se tecer uma conversa compreensível, na qual cada um terá clareza do seu lugar, ou seja, da diferença existente em relação ao outro, para, por fim, o casamento ser constituído de fato e o Sociofuncionalismo ser gerado.



Metodologia

O *Corpus* analisado foi extraído do banco de dados do Português Popular de Vitória da Conquista, constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo-CNPq. A amostra foi composta por 24(vinte e quatro) informantes, estratificados da seguinte forma: sexo (masculino/feminino), faixa etária (Faixa I: de 15 a 35 anos; Faixa II: de 36 a 70 anos; Faixa III: com mais de 70 anos de idade) e grau de escolaridade (sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização).

Estudos linguísticos mostram que a variável modalidade tem um relevante papel no tratamento do modo subjuntivo. (BIACHENT, 1996; ALVES NETA, 2006; MEIRA, 2006; ALVES, 2009; PIMPÃO, 2012), porque esse modo verbal tende a gramaticalizar-se nos submodos epistêmico e deôntico. No controle desse grupo de fator, pretendemos observar em qual submodo a variação do subjuntivo ocorre em maior índice.

Pimpão (2012) percebeu que, no âmbito sintático das orações parentéticas, a recorrência do item verbal na oração do dado relacionava-se ao emprego da forma presente do subjuntivo. Uma análise prévia dos nossos dados levou-nos a aventar que o item verbal esteja associado ao uso de presente do indicativo.

A variável “Estrutura de assertividade da oração” foi atestada por Carvalho (2007) e Pimpão (2012) como fator significativo para o emprego do modo subjuntivo e mostrou-se bastante atuante na rodada estatística. Considerando essas autoras, também partimos do pressuposto de que a negação na oração é um elemento que define a seleção do modo verbal. Acreditamos que alguns verbos quando negados podem condicionar o emprego de formas do subjuntivo, por isso resgatamos alguns dos fatores dessa variável linguística da pesquisa realizada por Pimpão (2012) que estão organizados da seguinte maneira: (i) (Não) que (não) e (ii) que eu (lembre). Com esses fatores, pretendemos verificar o índice frequencial da variação/estratificação do modo subjuntivo nas proposições afirmativas e negativas.



Em relação aos fatores extralinguísticos, os dados foram reduzidos para uma submissão ao sistema analítico. Diante disso, na nossa análise, não abordaremos, no presente artigo, os fatores sociais como gênero/sexo, nível de escolaridade e faixa etária.

Na próxima seção, descrevemos, analisamos e discutimos os resultados da nossa pesquisa, estabelecendo um diálogo com a pesquisa realizada por Pimpão (2012), que apresenta como nós uma discussão sobre parentéticas.

Análise dos dados

As orações parentéticas são abordadas na gramática de maneira muito breve. Bechara (2004) registra que essas orações constituem casos particulares de emprego do subjuntivo, conforme registramos anteriormente. No entanto, em nossa amostra, encontramos o uso variável desse modo verbal. Observemos os exemplos:

(3) DOC: Algum fato que aconteceu assim engraçado, interessante?

INF: Não, que eu LEMBRO, num tem nada. Tem nada engraçado não. (J.C.S).

(4) DOC: Moro0 na roça quanto tempo?

INF: Bom, é:: uns doze anos, mais o0 menos, que eu me LEMBRO, tinha doze ano0! (S.J.S).

Nos excertos (3) e (4), o verbo factivo *lembrar* é utilizado no modo indicativo em contexto em que a gramática normativa prescreve a forma subjuntiva, mas o seu valor nocional é próprio da função exercida pelo modo subjuntivo que é expressar incerteza do fato veiculado.

Apesar de o verbo *lembrar* estar inserido na categoria dos verbos factivos, que faz com que o fato expresso seja tomado como verdadeiro, esse verbo não assume esse traço de factividade no *Corpus* em análise. Pimpão (2012) sinaliza esse fato em sua pesquisa ao trabalhar nesse contexto sintático (orações parentéticas) com os verbos factivos *conhecer*, *lembrar* e *saber*, encontrados na sua amostra analisada. A autora afirma que esses verbos recebem uma nova resignificação em contexto de oração parentética. Vejamos:

[...] ainda que não percam totalmente a característica da factividade, uma vez que o ambiente discursivo em que ocorrem remete a situações conhecidas e/ou experienciadas pelo informante. (PIMPÃO, 2012, p.268).



A tabela 1 mostra os resultados percentuais da variação/estratificação do modo subjuntivo nas orações parentéticas no *Corpus PPVC*.

Tabela 1: variação do subjuntivo em contexto de parentética

Formas	
Subjuntivo	2 (15%)
Indicativo	11 (85%)
Total	13

Os resultados demonstrados na Tabela 1 evidenciam uma baixa produtividade da forma subjuntiva (15%), enquanto o índice percentual da forma indicativa com 85% mostrou-se bastante elevado.

Um ponto pertinente discutido no Funcionalismo e na Sociolinguística que nos ajuda a entender esse processo de estratificação/variação do modo subjuntivo está atrelado ao reconhecimento de que existem forças internas e externas à língua, fazendo com que a língua passe por um processo de variação/mudança constante no sistema linguístico. Observemos o exemplo a seguir:

(5) DOC: É mais de brinca0 de bola, mesmo, né? Brinca0 de bola, os meninos, né? Só, só bola?
 INF: Só bola mesmo, que eu me LEMBRO, só bola. (S.J.C).

Percebemos, nesse excerto de fala, que o uso da forma indicativa - *que eu me LEMBRO*- que constitui uma espécie de estratificação do subjuntivo, em termos funcionalistas, ou de variação do modo subjuntivo, em termos sociolinguísticos, não revela um fato real, conforme prescrito tradicionalmente, mas mantém o valor nocional de incerteza mesmo sem o uso da forma subjuntiva. Dessa forma, a função subjuntiva permanece ainda que a forma utilizada seja a forma indicativa.

É, a partir dessa constatação, que adentramos a nossa discussão, mostrando o uso variável do modo subjuntivo e tentando entender, a partir dos fatores internos e externos à língua, os condicionadores que levam os falantes a escolherem a forma subjuntiva ou a forma indicativa para a mesma finalidade linguística.



A construção de enunciados com o uso do subjuntivo tem sido frequentemente utilizada para indicar que uma asserção é fracamente asserida como incerta ou desejável (*irrealis*). Esse uso rotineiro possibilita ao falante o emprego do subjuntivo de uma maneira mais automática. Dessa forma, o uso do subjuntivo para expressar noções de desejo ou incerteza é tão usual e previsível entre os falantes que faz com que essa forma linguística, por conta da rotinização, perca sua motivação original no processo comunicativo.

Segundo a visão givoniana, uma forma, quando rotinizada ou muito frequente, mostra-se inexpressiva no discurso fazendo com que o falante busque outras maneiras para se expressar. Podemos observar, na Tabela 1, esse fato quando os falantes fazem uso do indicativo em contexto de subjuntivo em um percentual de 85%. Seguindo as básicas lições funcionalistas, aprendemos que essa outra forma linguística, escolhida pelos interlocutores para “melhor” se expressar, resulta de fatores motivacionais de uso que estão atreladas às necessidades de comunicação.

Esses fenômenos linguísticos que surgem nos contextos reais de comunicação podem se gramaticalizar, porque são as construções mais frequentes que tendem a passar por esse processo. No caso do subjuntivo, esse processo pode ser posto da seguinte maneira: o uso frequente e gradual de formas do indicativo em contexto de subjuntivo, com o tempo, apresenta uma forte tendência a adquirirem função gramatical.

Na coexistência de formas indicativas e subjuntivas, em um mesmo domínio funcional, dizemos que, na convivência entre camadas mais novas, nesse caso, as formas do indicativo nessa função, e mais velhas (as formas do subjuntivo), quando usadas com muita frequência, perdem sua força expressiva e, então, surge, por parte dos falantes, uma nova demanda na língua.

A emergência da nova forma - o indicativo em contexto de subjuntivo - não acarreta, necessariamente, o desaparecimento da forma mais antiga - modo subjuntivo - e, então, neste momento, tomamos a posição de acionar três dos cinco princípios estabelecidos por Hopper (1991) para entendermos os estágios e graus de Gramaticalização que o subjuntivo pode passar: estratificação, divergência e persistência.



O princípio da estratificação, em relação ao nosso fenômeno linguístico, ocorre da seguinte maneira: dentro de um mesmo domínio funcional, a forma indicativa surge como uma nova camada que marca a função que é exercida pela forma mais velha - a forma subjuntiva. Ou, em uma linguagem da teoria Sociolinguística, as formas variantes do modo subjuntivo podem coexistir, permanecer com funções semelhantes. Fato que pode ser evidenciado nos seguintes fragmentos de fala:

(6) [...] era saia com... que eu me LEMBRE, todas usavam aquela que chamava saia de argudão, (J.A.P)

(7) DOC: Lembra de alguma viagem?
INF: Não, que eu LEMBRO não.

O verbo *lembrar* em (7) mantém o mesmo valor nocional de incerteza do fragmento de fala em (6) mesmo com o emprego da forma indicativa *lembro*. Essa forma variante do verbo *lembrar* (*lembro*) pode passar pelo Processo de Gramaticalização, mas a sua forma mais antiga (*lembre*) pode se manter como um item autônomo, processo conhecido como divergência. E, se o valor de subjuntivo permanece, mesmo que, no processo de alternância, a forma utilizada seja a forma indicativa, Hopper (1991) categoriza esse tipo de processo como princípio da persistência.

Sabemos que essa variação/estratificação ocorre porque, no contexto interativo, há uma pressão sob o uso da língua, em virtude da necessidade de uma maior expressividade, que é, de alguma forma, licenciada no sistema linguístico. Conseqüentemente, isso gera uma contínua remodelação ou reorganização das estruturas linguísticas e esses princípios estabelecidos por Hopper (1991) vêm trazer à luz a visão da gramática emergente, esclarecendo, assim, como esses processos e estágios da Gramaticalização podem ser compreendidos.

Nos nossos dados, quando o verbo *lembrar* é utilizado, em contexto de oração parentética, no processo discursivo, o falante tem o intuito de relativizar a informação para que não seja tomada de maneira categórica. Observemos o exemplo (8):

(8) DOC: Todo mundo usava vestido?

INF: É, tudo de vestido e na saia, aquelas jovens vestia uma saia bonita... o nome do desfile era Burgariana, aquela saia bonita, florada, né, era que as jovens usava, e outra coisa, era saia com... que eu me LEMBRE, todas usavam aquela que chamava saia de argudão. (J.A.P)



Analisando a ocorrência (8), quando é perguntado ao informante se todo mundo usava vestido, é dito, primeiramente, que todas as jovens usavam vestido e saia. No decorrer de sua fala, o informante caracteriza o tipo de saia (floral) e, em seguida, prossegue tentando relativizar a informação com o uso de uma oração parentética (que eu me lembre...), afirmando que todas as mulheres vestiam a chamada saia de algodão, mas transmitindo, de alguma forma, ao ouvinte que não se tinha tanta certeza de sua resposta. Casos analisados assim, em que o falante não quer se comprometer com o teor do enunciado, também são encontrados em Pimpão (2012).

Na pesquisa realizada nas cidades de Florianópolis e Lages, a autora encontrou uma produtividade de 73% de uso do subjuntivo em contexto de parentética na rodada conjunta das duas cidades. Na rodada separada, Florianópolis apresentou-se com um percentual de 57% e Lages com um percentual de 87%.

A despeito do tipo de verbo utilizado nas construções em contexto sintático de oração parentética, todos os nossos dados foram realizações com o verbo *lembrar*. Em Pimpão (2012), o verbo *lembrar* mostrou-se, também, bastante recorrente com um total de

6/10 ocorrências com uso de 60% da forma subjuntiva referente à rodada geral das cidades de Florianópolis e Lages quando comparado ao verbo *conhecer* 1/1 e *saber* 4/4 na sua amostra estudada.

O número de dados em contexto sintático de oração parentética com o total de 13(treze) ocorrências em 24 (vinte e quatro) entrevistas mostrou-se bastante considerável quando comparado com os encontrados por Pimpão (2012): 15 (quinze) ocorrências em um total de 48(quarenta e oito) entrevistas distribuídas entre as cidades de Florianópolis e Lages.

Em termos gerais, temos 15% de uso do presente do subjuntivo e, em Pimpão (2012), 73% desse uso. Um resultado bastante díspar. O uso da forma indicativa em contexto de subjuntivo, diante desses resultados, mostrou-se de forma bastante expressiva no *Corpus* PPVC, sinalizando um Processo de Gramaticalização.

Em relação à variável modalidade, os dados mostraram-se de uso categórico na categoria submodo epistêmico com o uso do tipo de verbo *lembrar*. E, referente à variável



“estrutura da assertividade da oração”, constatamos que o escopo da negação não influenciou o uso do modo subjuntivo como podemos evidenciar na Tabela 2.

Tabela 2: Atuação da variável estrutura da assertividade em contexto de parentética

FATORES	MODO VERBAL			
	Subjuntivo		Indicativo	
	Nº	%	Nº	%
Que eu (lembre)	2	29	5	71
(não) que (não)	-	-	6	100
Total	2		11	



Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 2, podemos observar que as sentenças negativas não condicionam ao uso das formas subjuntivas. Nas sentenças com o fator (não) que (não) verificamos o uso categórico do modo indicativo. Pesquisa realizada por Pimpão (2012) aponta que esse fator relacionado à oração parentética despontou como um condicionador para o uso categórico do subjuntivo nas cidades de Lages e Florianópolis. Ela atestou que, sem o fator negação na oração, havia o desfavorecimento do uso desse modo verbal, apresentando, respectivamente, os seguintes pesos relativos para as cidades: .076 e .003. A pesquisadora, ainda, constatou que, na amostra referente à oração parentética, na fala de Florianópolis, o verbo *lembrar* mostrou-se sensível ao fator negação apresentando um quadro categórico de uso do subjuntivo.

Apesar do número de dados em contexto de parentética não ter sido considerável, observamos algumas características, na nossa amostra, que são semelhantes às encontradas na pesquisa de Pimpão (2012): (i) uso da primeira pessoa do singular, (ii) expressão da subjetividade por parte do falante, (iii) caracterização realizada pelo uso do verbo *lembrar*.

Frisamos que, na pesquisa de Pimpão (2012), destacaram-se, além do verbo *lembrar*, os verbos *saber* e *conhecer*.

Salientamos que, na amostra analisada por nós, as orações parentéticas mostraram-se sensível ao uso do presente do indicativo. Diferentemente, Pimpão (2012) registra que, nos seus dados, a oração intercalada mostrou-se ambiente propício para o uso do presente do subjuntivo.

Os nossos dados demonstraram que a oração parentética é uma estratégia usada pelo falante para relativizar o teor do que é expresso no processo comunicativo. Dessa forma, o que é anunciado não é tomado de forma categórica. Assim como estão postos nas grandes lições funcionalistas, afirmamos que são mecanismos que os utentes da língua procuram para se expressar e, nessa busca por uma melhor interação no processo de interlocução, encontramos as formas do subjuntivo e as formas do indicativo em plena competição.



Considerações Finais

A questão central desse artigo foi a de investigar indícios de variação/estratificação do modo subjuntivo no *Corpus* PPVV em orações parentéticas introduzidas pelo *que*.

Para a sua realização, utilizamos do aporte do Sociofuncionalismo, integrando os seguintes pressupostos: na perspectiva funcionalista, três princípios de Gramaticalização estabelecidos por Hopper (1991): estratificação, divergência, persistência e a modalidade na visão givoniana. E, na visão Sociolinguística, nossa análise se centrou na correlação dos fatores de ordem linguística, a variável modalidade e a variável estrutura da assertividade da oração e em fatores de ordem extralinguística (variáveis gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade) que estão presentes na estratificação do *Corpus* PPVC, mas que, na presente pesquisa, não foram considerados.

Vimos que o modo subjuntivo no *Corpus* PPVC é comumente utilizado em contexto *irrealis* no qual evidencia-se que um fato é tido como incerto (modalidade epistêmica). O uso do subjuntivo para expressar essas noções é tão previsível e rotineiro pelos falantes que faz essa forma linguística se tornar inexpressiva no processo comunicativo. Dessa forma, o uso da forma indicativa é uma estratégia acionada no exercício da linguagem pelos falantes, a fim de que as necessidades comunicativas atinjam seus efeitos nos diversos contextos de uso.

O Processo de Gramaticalização do subjuntivo pode ser compreendido a partir de alguns princípios estabelecidos por Hopper (1991): no princípio da estratificação, em um mesmo domínio funcional, a forma indicativa emerge como uma nova camada exercendo função similar a da forma subjuntiva que é considerada a mais antiga no ambiente sintático-semântico sob controle (orações parentéticas). A forma do indicativo pode se gramaticalizar, mas a sua forma original (subjuntivo) pode se manter como um elemento autônomo (princípio da divergência) e, no princípio da persistência, o indicativo mantém os traços semânticos da forma original (subjuntivo).



Constatamos, ainda, que, no *Corpus* PPVC, o uso da forma gramaticalizada apresentou-se com um alto índice percentual e o escopo da negação não condicionou à aquisição da forma do subjuntivo.

Em termos gerais, o uso da primeira pessoa do singular, o uso do presente (indicativo/subjuntivo) e o uso do verbo *lembrar* são características que se mostraram peculiares às orações parentéticas na nossa amostra analisada.

Diante do exposto, em suma, levando em consideração os fatores linguísticos no estudo do subjuntivo, do ponto de vista do Funcionalismo, encontra respaldo no Processo de Gramaticalização tendo em vista que, conforme citado anteriormente, esse processo pode ser consolidado por meio dos princípios da estratificação, da divergência e da persistência.

O que podemos observar na variação do subjuntivo em contexto de parentética é que, no exercício da linguagem, a parentetização é acionada como uma maneira de transmitir sentidos, efeitos e intenções por parte do falante. Tratando-se desse recurso, os parênteses funcionam, no ato discursivo, como uma estratégia de interrupção no discurso, com o propósito de sinalizar por parte do falante que não se tem tanta certeza do que foi enunciado. Em meio às motivações e intenções dos falantes, deparamo-nos com a variação/estratificação do subjuntivo refletindo o modo mais eficaz que o falante busca na negociação do sentido que se quer transmitir no processo de comunicação.

A variação/estratificação do subjuntivo em contexto de oração parentética introduzida por *que* ainda é pouco explorado. Por fim, fica em nós a certeza de que os resultados apresentados não se encerram aqui. Faz-se necessário que outros caminhos sejam percorridos através da extensão dessa pesquisa para, por exemplo, o Português Culto de Vitória da Conquista. Sendo assim, com outras variáveis sob controle, alcançaremos respostas para questões que porventura não emergiram ou ficaram encobertas devido ao número reduzido de dados.



Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ALVES NETA, Ana. O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro. **Estudos linguísticos**, XXXV, p.258-267, 2006.
- ALVES, Rosana Ferreira. *A expressão de Modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português: século XVI e contemporaneidade*. 2009. 197f. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, São Paulo.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001, p.49-75.
- CARVALHO, Hebe Macedo de. **A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri**. 2007. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística), UFC, Fortaleza.
- CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio & CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de e MARTELOTTA, Eduardo Mário (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013. p. 29-37.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GIVÓN, Talmy. **Compreendendo a gramática**. Natal: EDUFRN, 2011.
- HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). **Approaches to Grammaticalization: Focus on Theoretical and Methodological Issues**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- KURY, Adriano da Gama. **Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1964.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.



MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MEIRA, Vivian. **O uso do subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro**. 2006. 315f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - UFBA, Salvador.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-13.

NEVES, Maria Helena de Moura Neves. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Uma história de delimitações teóricas: 30 anos de semântica no Brasil. *D.E.L.T.A.* v.15, n. especial, p. 385-417, 1999.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. **Uso variável do presente do presente no modo subjuntivo**: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) - UFSC, Florianópolis.

SOUSA, Valéria Viana; SILVA, Jorge Augusto Alves da. **Português Popular de Vitória da Conquista**, 2013. Projeto do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo, UESB, 2013.





TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí, e então:** estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo- propulsora de informações – um estudo funcionalista. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Linguística) - UFSC, Florianópolis.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian & Herzog, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

